



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Esclarecimentos sobre a transição para o novo modelo de contrato com as empresas de autocarros

No ano passado, o Comissariado Contra a Corrupção (CCAC) entendeu que existiam erros no contrato com as empresas de autocarros, e que isso deixava o Governo de mãos atadas. Em Janeiro deste ano, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça (DSAJ) afirmou que existiam erros técnicos no referido contrato, e a DSSOPT, depois de consultar o parecer do CCAC, procedeu ao aperfeiçoamento do modelo dos serviços de autocarros, com vista à sua coadunação com o enquadramento jurídico¹. Entretanto, as autoridades já assinaram um novo contrato de concessão com a nova operadora de autocarros.

Mas os problemas continuam a existir com as outras operadoras, e como existem dúvidas quanto à legalidade dos contratos, se o modelo em vigor continuar a ser adoptado, não serão devidamente salvaguardadas as garantias nem do Governo da RAEM nem das empresas de autocarros. Portanto, as autoridades afirmaram que iam seguir o modelo e as condições do novo contrato de concessão assinado com a empresa dos “autocarros verdes”, que iam discutir com as duas restantes empresas eventuais problemas decorrentes da transição desse modelo de contrato para o novo, e

¹ Jornal “Ou Mun”, página A06, 10 de Janeiro de 2014 – “Wong Wan admitiu ser o responsável pelos erros existentes no contrato”.



(TRADUÇÃO)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

esperam que as três empresas de autocarros comecem quanto antes a seguir os mesmos regime e modelo de exploração, no entanto, não foi definida qualquer calendarização para o efeito². Mais tarde, as autoridades voltaram a afirmar que iam ponderar sobre as cláusulas do novo contrato e se as mesmas se devem aplicar na totalidade às duas restantes empresas de autocarros³. Em Agosto deste ano, na resposta a uma interpelação escrita que apresentei, as autoridades afirmam que, apesar de já terem celebrado contrato com as tais duas empresas, depois das recomendações do CCAC, verificaram que havia espaço para melhorias, e que, assim sendo, o Governo ia acompanhar a situação e manter a comunicação estreita com as duas empresas, em prol do interesse público. Depreende-se desta resposta das autoridades que o Governo não consegue impor a sua posição quanto ao novo contrato e que ainda não se sabe quando é que este vai passar a ser aplicado a todas as empresas de autocarros.

Só com a Companhia de Autocarros Nova Era é que foi celebrado um contrato de concessão nos termos do novo modelo, e mais nada se sabe em relação às outras duas empresas. Isto significa que existem diferenças de tratamento entre as empresas, o que não resolve os erros existentes nos contratos em vigor, e não permite que o público fique a saber se a vigência em paralelo de dois tipos de contrato significa prejuízos acrescidos para o erário

² Jornal “Ou Mun”, página A01, 5 de Junho de 2014 – “Vai ser aplicado um novo modelo de contrato às três empresas de autocarros, a fim de acabar com as irregularidades”.

³ Jornal “Ou Mun”, página A07, 6 de Junho de 2014 – “O Governo não assume as perdas da empresa de autocarros”.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

público.

Sendo assim, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Depois de, há cerca de 3 meses, ter sido celebrado um novo contrato com a empresa de autocarros Nova Era, nada mais se ouviu relativamente às duas restantes empresas. As autoridades devem suspender, quanto antes, os contratos que apresentam problemas, e colmatar as lacunas decorrentes das diferenças de tratamento entre as empresas em causa. Porque é que ainda não foram celebrados novos contratos com as duas restantes empresas de autocarros? Já foi definida alguma calendarização para a celebração desses contratos? Quando é que vão estar concluídas todas as tarefas relacionadas com a transição para o novo contrato?
2. Há três meses que a nova empresa de autocarros segue o novo contrato, enquanto as duas restantes continuam a seguir o antigo, ou seja, estão simultaneamente em vigor dois tipos de contrato. Segundo o novo contrato, as tarifas revertem para a empresa, enquanto que no antigo revertem para o Governo, e para além disso, há também que ponderar que em Macau os serviços de correspondência são gratuitos, portanto, estamos perante regimes diferentes que resultam em diferenças ao nível das receitas. A correspondência pode acontecer entre empresas de autocarros com contratos diferentes, portanto, o apoio disponibilizado pelo Governo também deve ser diferente, para evitar a duplicação de apoio. Nesta situação de vigência paralela de dois tipos de contrato, como é que se



(TRADUÇÃO)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

pode garantir a equidade entre as empresas e evitar despesas acrescidas para o erário público?

19 de Setembro de 2014.

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Wong Kit Cheng